

Rutheneia Alves Santana¹, Osmar Delmasquio², Claudeir Ferrari³, Gilberto Freire Rangel⁴ Daniel Rodrigues Silva⁵

- 1- Mestranda na Faculdade Vale do Cricaré
- 2- Acadêmico de Farmácia do Centro Universitário de Caratinga
- 3- Acadêmico de Farmácia do Centro Universitário de Caratinga
- 4- Mestranda na Faculdade Vale do Cricaré
- 5- Coordenador do curso de Farmácia do Centro Universitário de Caratinga e orientador do mestrado na Faculdade Vale do Cricaré.

Resumo – Este trabalho visa fazer uma pesquisa sobre políticas públicas de meio ambiente e seus efeitos na saúde da população de algumas cidades do estado do Espírito Santo. Para isto analisaremos informações colhidas nas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, nos anos de 2000 e 2010 nos municípios de Vitória, Mimoso do Sul, Ecoporanga, Santa Maria de Jetibá e Pedro Canário, verificando e comparando o Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, a evolução do PIB per capita e taxa de mortalidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Meio Ambiente E Saúde.

Abstract – This work aims to make a research on public policies of environment and its effects on the health of the population of some cities of the state of Espírito Santo. For this purpose, we will analyze information collected in the publications of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, IBGE, in the years 2000 and 2010 in the municipalities of Vitória, Mimoso do Sul, Ecoporanga, Santa Maria de Jetibá and Pedro Canário, checking and comparing the Human Development Index, HDI, the evolution of GDP per capita and mortality rate.

Keyword: Public Policies. Environmental and Health.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E SEUS EFEITOS NA SAÚDE

PUBLIC ENVIRONMENTAL POLICIES AND THEIR EFFECT ON HEALTH

I. INTRODUÇÃO

A elaboração de políticas públicas visa caracterizar as responsabilidades dos poderes públicos nos diversos níveis federal, estadual e municipal, com parâmetros de atuação visando atender as demandas da sociedade no âmbito da saúde, educação e meio ambiente, entre outros.

Os cuidados com o meio ambiente devem visar a melhoria de vida e bem-estar das populações menos favorecidas e que residem em regiões menos assistidas pelo poder público, consequentemente, constituída de pessoas com menor renda e menor índice de alfabetização.

Normalmente, estas regiões carecem de infraestrutura básica de fornecimento de água tratada e coleta de esgoto, assim como de pavimentação de ruas, e disponibilidade de creches, escolas públicas e serviços de saúde.

Nessas regiões, os índices de doenças da população são maiores e causados pelos problemas ambientais. Verifica-se que o saneamento precário cria o ambiente propício a várias doenças além das transmitidas pelo mosquito *aedes aegypti*. Elas são causadas devido a ingestão de água contaminada ou pelo contato da pele ou mucosas com a própria água, lixo ou solo infectados.

Segundo Teixeira 2002:

“As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses. Compreende a formação de uma agenda que pode refletir ou não os interesses dos setores majoritários da população, a depender do grau de mobilização da sociedade civil para se fazer ouvir e do grau de institucionalização de mecanismos que viabilizem sua participação.” TEIXEIRA, (2002).

O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise sobre a ineficiência das políticas públicas e porque estas não conseguem ser efetivas na resolutividade de ações que promovam a consonância do meio ambiente com a saúde.

Verificar as possíveis relações entre os fatores ambientais desfavoráveis e o nível de saúde da população.

Nesse sentido se baseia na literatura atual e em relatórios de governos, e entidades, sites, revistas, livros e jornais, verificando a relação entre a precariedade do meio ambiente e o aumento do índice de doenças da população, comparando os valores do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em cinco municípios do estado do Espírito Santo nos anos de 2000 e 2010.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Eduardo Appio, 2005:

“as políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidade aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos”.

Segundo o artigo 225 da Constituição Federal “todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações.”

Saneamento é essencial a vida humana, e é necessário a interação de vários elementos para a sua existência no dia a dia dos seres humanos.

Está vinculado com modo de higiene da população, políticas públicas, controle social, equilíbrio do meio, saúde ambiental, e tecnologias disponíveis.

O Saneamento está completamente interligado a vida saudável. Preparando-se o meio ambiente que em vive, o ser humano terá condições adequadas à vida, protegendo assim sua saúde.

A falta de saneamento básico gera um aglomerado de doenças e desconfortos. O passado da humanidade foi frisado por longas epidemias, devido à falta de conhecimento científico na relação doença e ausência de saneamento básico.

Segundo WHO e VILELA:

“A Organização Mundial da Saúde estabelece a relação potencial entre condição de exposição a fatores ambientais e condições de saúde, qualificando dentre doenças respiratórias agudas e crônicas, cardiovasculares, mentais, diarreicas, cânceres, lesões, envenenamentos e doenças transmitidas por vetores.”

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), em 2010, cerca de 1.915.292 domicílios do País ainda não dispunham de abastecimento de água adequado. Cerca de 1.514.992 domicílios não tinham banheiros nem sanitários e 7.218.079 lançavam seus resíduos sólidos diretamente no ambiente de forma inadequada.

Com o aprimoramento das técnicas de manejo e do abastecimento de água potável, bem como do tratamento de esgoto, percebeu-se uma redução considerável na taxa de mortalidade e um forte aumento da expectativa de vida ao nascer, melhorando, conseqüentemente, a qualidade de vida da população.

Em decorrência da falta de conhecimento sobre esgotamento sanitário e saúde, no passado, houve morte de milhões de pessoas. Atualmente, existe o conhecimento tecnocientífico, mas as políticas públicas brasileiras ainda são ineficientes. Há carência de planejamento, gestão ineficiente e falta de interesse político em resolver um problema que há muitos anos atinge muitas vidas, prevalecendo os mais desprovidos. Os interesses políticos não caminham em direção da universalização em função da falta de recursos econômicos, lembrando a

quantidade de recursos gastos na construção de estádios para a copa do mundo em 2014.

Elegemos os municípios capixabas de Vitória, Mimoso do Sul, Ecoporanga, Santa Maria de Jetibá e Pedro Canário para analisar as informações de IDH, PIB, informações sobre saúde, território e ambiente, nos anos de 2000 e 2010 e fazermos uma análise comparativa da evolução desses índices e das políticas públicas aplicadas.

Quadro 1 – Informações de IDH

IDH MUNICIPIO	ANO 2000	ANO 2010
VITÓRIA	0,759	0,845
MIMOSO DO SUL	0,572	0,670
ECOPORANGA	0,542	0,662
SANTA MARIA DE JETIBÁ	0,502	0,671
PEDRO CANÁRIO	0,544	0,654

Fonte: IBGE.

Quadro 2 - Evolução do PIB per capita nos municípios selecionados

PIB CIDADES	2000 PERCAPITA	2010 PERCAPITA
VITÓRIA	22.905,53	76.172,11
MIMOSO DO SUL	4.459,45	9.682,69
ECOPORANGA	3.710,22	11.241,65
SANTA MARIA DE JETIBÁ	4.517,55	16.561,86
PEDRO CANÁRIO	3.788,38	8.906,64

Fonte: IBGE.

Quadro 3 - Taxa de Mortalidade nos municípios

MORTALIDADE PARA 1000 NASC IDOS VIVOS	ANO 2010
VITÓRIA	9,78
MIMOSO DO SUL	6,62
ECOPORANGA	21,67
SANTA MARIA DE JETIBÁ	7,34
PEDRO CANÁRIO	15,5

Fonte: IBGE.

Quadro 4 - Esgotamento sanitário adequado

MUNICIPIO	ANO 2010
VITÓRIA	98,10%
MIMOSO DO SUL	49,10
ECOPORANGA	44,40%
SANTA MARIA DE JETIBÁ	44,30%
PEDRO CANÁRIO	52,40%

Fonte: IBGE.

III. AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A CIÊNCIA E INOVAÇÕES NA ÁREA SAÚDE

Levando em conta que as políticas é uma arte ou a ciência de governar, que é a aplicação dessa arte nos negócios internos, que é uma maneira de agir com habilidade. As políticas públicas devem ser instrumentos de desenvolvimento, elas devem avançar fazendo a comunidade andar, ir em frente acrescentando coisas boas para toda região, uma vez que as políticas devem ser regionais levando em conta as peculiaridades das áreas de abrangência.

A ciência e a tecnologia influenciam e modificam a nossa interpretação do mundo, a forma como pensamos e nos comportamos, os nossos desejos individuais e a nossa cultura. Na medida em que os impactos dos desenvolvimentos científico e tecnológico se ampliam sobre o ambiente e sobre a vida dos indivíduos e das sociedades, questões sociais e éticas surgem e apelam para tomadas de decisão que não se restringem apenas e exclusivamente às comunidades científica e tecnológica.

As ciências referem-se ao sistema de adquirir conhecimento baseado no método científico bem como ao corpo organizado de conhecimento conseguido através de tais pesquisas. As políticas devem ser métodos baseados em evidência de algo comprovado que já deu certo em comunidades semelhantes, para que sejam de forma mais acertada, tendo como base as inovações como mecanismo de ação e de algo novo uma forma nova de fazer, de aplicar uma metodologia para que haja uma renovação social.

Vivemos um momento, “uma crise” de representatividade de indivíduos que realmente queiram levar em conta as necessidades das comunidades através de políticas públicas sérias. Pois grande parte da população tem sido usada como massa de manobra, e a falta de participação efetiva como agentes de transformação.

Desde a Revolução Industrial a sociedade passa por mudanças significativas, E foi a partir deste momento de transformação que cada vez mais as tecnologias vêm impulsionando mudanças nas formas de produzir e consumir. As tecnologias avançaram rapidamente, a partir das décadas de 1950 e 1960, na área da saúde e do meio ambiente não foi diferente.

O Brasil assumiu na ultima década posição destaque na economia mundial, paralelamente verificamos a um certo investimento em políticas de inovação. Foram criados diversos fundos, inclusive aqueles voltados para o financiamento de pesquisas foi nesta mesma época que ocorreu a formulação da Lei de Inovação e o crescimento na importância das Incubadoras de Empresas com finalidade de construir experiências e práticas de inovação tecnológica (TRIGUEIRO, 2002).

A inovação tem sido destaque no país, mas ainda precisa muito avançar. As Ciências Sociais, e a valorização do ser humano tem sido tema primordial nas ultimas décadas, sem esquecer da globalização e do desenvolvimento sustentável, é um termo extremamente polissêmico e consensual (MACIEL, 1997).

O país passa por uma necessidade grande em incorporar com maior ênfase a perspectiva da inovação na discussão ambiental e seus efeitos na saúde do indivíduo, uma vez que o meio ambiente esta diretamente ligado ao bem estar humano, a construção de políticas tecnológicas inovadoras representa atualmente um dos principais desafios para os governantes, a consonância do meio ambiente e a saúde todo esse contexto passa pela educação em saúde e cuidado com o meio ambiente, diversas leis foram e estão sendo criadas neste intuito, mas ainda temos muito ao que avançar.

IV. CONCLUSÃO

A falta de saneamento básico, gera várias doenças na população, e os índices de saneamento nos municípios do interior que ora verificamos, são

inferiores em mais de 50% ao índice de saneamento da cidade de Vitória, e isto reflete na taxa de mortalidade destes municípios.

O IDH nos municípios verificados, mostra-nos como indicativo da escolaridade, saúde e renda destas populações, e seus reflexos sociais, a necessidade de municípios do interior se desenvolverem com geração de emprego e renda e aplicação de políticas públicas de saúde e saneamento para melhoria da qualidade de vida das populações.

Podemos concluir que somente através de políticas públicas sérias, participação social, utilizando a ciência, a tecnologia, a inovação e com governantes responsáveis poderemos levar esse país ao desenvolvimento, otimizando o meio ambiente e seus efeitos na saúde.

VI. REFERÊNCIAS

- 1.<<https://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saneamento-basico/saneamento/os-muitos-males-provocados-pela-falta-de-saneamento>> Acesso em 07 jul. 2018
- 2.<http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em 07 jul. 2018
- 3.RAFAEL, Everton Tumilheiro; GOUVEIA, Jessica Martins; SANTOS, Renata Cristina Schmidt. Inter-relações saúde meio ambiente: análise do conhecimento de profissionais que atuam na rede pública de saúde.
- 4.<<https://revistas.unasp.edu.br/acb/article/download/832/786>>
- 5.BORJA, Patrícia Campos. Política pública de saneamento básico: uma análise da recente experiência brasileira.
- 6.<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/vitoria/pesquisa/37/0?ano=2010&tipo=grafico>> acesso em 21/07/2018
- 7.<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/mimoso-do-sul/pesquisa/37/0?tipo=grafico>> acesso em 21/07/2018
- 8.<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/ecoporanga/pesquisa/37/0?tipo=grafico>>